



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

GT1: LAZER, ESPORTE E SOCIEDADE

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PARANÁ (2003-2013)

Diego Petyk de Sousa (UEPG); Email: diegopetyk@uol.com.br
Érica Fernanda de Paula (UEPG); Email: erydepaula@hotmail.com
Mariana Ciminelli Maranhão (UEPG); Email: maranhao.mari@gmail.com
Alfredo Cesar Antunes (UEPG); Email: alfredo.cesar@hotmail.com

TEMÁTICA: POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER

RESUMO: O presente estudo buscou descrever o processo de implementação do Programa Segundo Tempo (PST) na Regional de Educação de Ponta Grossa, em especial, no Município de Ponta Grossa – Paraná, entre os anos de 2003 a 2013. Para tanto, utilizou-se dos recursos da pesquisa exploratória. A partir do levantamento de dados, foi identificado que o primeiro registro do PST em Ponta Grossa foi no ano de 2009, sob responsabilidade da Paraná Esporte. Além desse convênio, o PST passou a ser implementado, a partir de 2011, vinculado ao Programa Mais Educação, gerido pelo Ministério da Educação, ampliando o número de escolas atendidas.

Palavras chave: Políticas Públicas; Programa Segundo Tempo; Esporte; Lazer.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL) no Brasil é recente, comparado com a produção científica internacional sobre a temática. (MENICUCCI, 2008; MEZZADRI; SILVA, 2014). Essa peculiaridade no caso brasileiro pode ser creditada a duas ocasiões.

Primeiramente, a ascensão do esporte ao *status* institucional na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88). A segunda está na criação do Ministério do Esporte (ME) no ano de 2003. Logo, esses eventos contribuíram para viabilizar a fomentação e execução de ações visando implementar programas/projetos via a descentralização de recursos federais para ações dos governos estaduais e municipais - contemplando as suas necessidades locais em relação ao esporte e lazer - ou ainda via a transferência de responsabilidade de execução para parceiros do terceiro setor. (MENICUCCI, 2008; STAREPRAVO, 2011; MEZZADRI; SILVA, 2014; SILVA; ROMERA; BORGES, 2014; MATIAS *et al.*, 2015).

O Programa Segundo Tempo (PST) é uma dessas ações que foi estabelecido na Portaria Interministerial (PI) nº 3.497 de 24 de novembro de 2003, com objetivo de selar um protocolo de intenções entre o ME e o Ministério da Educação (MEC), visando à execução de programas relacionados ao esporte no ensino fundamental.



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017**

Desde a criação do PST, o ME tem procurado agregar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva dentro das escolas brasileiras. E essa parceria é criada através do Programa Mais Educação (PME), instituído através da Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, firmada entre os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, dos Esportes, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Meio Ambiente, objetivando a implantação da educação integral a partir da reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos ministérios envolvidos. (BRASIL, 2009).

Entendendo que o caminho para a democratização do esporte é a escola, em 2009, o ME e o MEC unificaram suas políticas públicas de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral. Para a execução do PST no Mais Educação (PSTME), ME e MEC dividem as responsabilidades para a implementação do programa que a partir de 2013 passa a ser denominado de Esporte na Escola.

O PST e seus desdobramentos foi estudado no campo acadêmico/científico por meio de investigações que focam equipes colaboradoras (STAREPRAVO et al, 2012), aspectos políticos (SANTOS, 2012), implementação (SOUZA; SOUZA; CASTRO, 2013), formação continuada (BICONSINI et al, 2015; OLIVEIRA et al, 2016), prática pedagógica (ARAÚJO et al, 2012; COLOMBO et al, 2012; REIS; OLIVEIRA, 2015), aspectos institucionais (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012; MATIAS, 2013; SANTOS, 2013, 2016), avaliação nacional do programa (REVERDITO et al, 2016) e avaliação regional do programa (SANTOS; ANDRADE; SANTOS, 2014; SANTOS, STAREPRAVO; SOUZA NETO, 2015). Destaque, para a falta de estudos que contemplem avaliações/análise do processo de implementação do PST em nível local.

Dessa forma, a preocupação deste estudo está em descrever o processo de implementação do PST na Regional de Educação de Ponta Grossa, em especial, no Município de Ponta Grossa – Paraná, entre os anos de 2003 a 2013. Esta pesquisa tem as características de uma pesquisa exploratória (GIL, 2008), pois visa esclarecer e compreender a organização para a implementação do esporte e lazer no PST e no PSTME no Município de Ponta Grossa – Paraná, permitindo assim uma visão geral deste fato. Para o levantamento de dados sobre o PST em Ponta Grossa, recorreu-se ao Portal do Ministério do Esporte (<http://www.esporte.gov.br/>) e ao Portal da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (<http://www.snelis-me.com.br/portal/>). Os dados coletados foram tabulados no Programa Microsoft Excel 2010.



2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, EM FOCO O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

A Regional de Educação de Ponta Grossa compreendida por onze municípios¹ possuía uma população estimada para 2013 de 578 mil pessoas, destacando-se o município de Ponta Grossa, que respondia, neste mesmo ano, por 57,3% do total demográfico. Além de Ponta Grossa, destacava-se Castro, por responder por 12,1% deste total. Os demais municípios individualmente respondiam por menos de 6%, sendo o menor deles, Porto Amazonas, com uma população de 4,7 mil pessoas.

Como indicador da situação socioeconômica, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) disponível somente para os anos em que foram realizados os recenseamentos demográficos no país², definiu seis dos onze municípios da Regional de Ponta Grossa como sendo de alto desenvolvimento humano (entre 0,700 e 0,799) e os cinco restantes como de médio desenvolvimento humano (entre 0,600 e 0,699). Apresentando alto desenvolvimento estavam Carambeí, Castro, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Porto Amazonas. Com IDHM médio enquadraram-se Imbituva, Ipiranga, Ivaí, São João do Triunfo e Tibagi.

Outro indicador considerado foi o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), que também exibiu diferenças entre os onze municípios. Enquanto apenas Ivaí exibiu índice abaixo de 0,600, Ipiranga, Piraí do Sul, São João do Triunfo e Tibagi estavam localizados entre 0,600 e 0,699, e os demais, Carambeí, Castro, Imbituva, Palmeira, Ponta Grossa e Porto Amazonas, acima de 0,700.

A combinação destes indicadores, IDHM e IPDM, indica que alguns municípios exibiram, de modo geral, índices que apontavam situação mais favorável frente aos demais. Carambeí foi o único município que apresentou índices de alto desenvolvimento humano e médio nível de desempenho municipal. Ponta Grossa e Castro, os maiores municípios da Regional, abrangem quase 70% da população, e possuem o IPDM enquadrado como médio e o IDHM como alto.

Os indicadores educacionais apontam para a presença de maior número de escolas nos maiores municípios, acompanhando, assim, a demanda educacional. A ampliação do quadro de escolas entre 2010 e 2013 ocorreu principalmente em Ponta Grossa, seguido por Castro e Carambeí. Em alguns municípios chegou a ocorrer inclusive a redução do número de unidades educacionais, como em Imbituva, Piraí do Sul e São João do Triunfo.

Essas alterações no número de escolas podem também ser acompanhadas pelo crescimento no número de alunos. Somente em Ponta Grossa, o maior município da Regional em termos de população, o crescimento foi de 2.239 no número de matrículas, seguido por Castro, com 402 novas vagas. Mas, de um modo geral, houve aumento no número de matrículas neste nível em todos os municípios.

Diante desses números, Ponta Grossa se destaca por apresentar o maior IPDM, o maior IDHM, o maior número de escolas, e o maior número de matrículas

¹ Os seguintes municípios compõem a Regional de Educação de Ponta Grossa: Carambeí, Castro, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, São João do Triunfo e Tibagi.

² O último Censo Demográfico realizado no Brasil foi em 2010.



em todos os níveis. Concentrando mais de 50% da população da Regional, é, sem dúvida, um polo no setor de educação, oferecendo diversas modalidades de serviços. Há que destacar em relação à educação que o município apresentou em 2010 o maior IDHM-Educação, situado em 0,703, considerado nível alto de desenvolvimento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro registro do PST encontrado referente à sua execução em Ponta Grossa é do convênio 217/2007, com data de ordem de início do dia 16/11/2009 sob a responsabilidade da Paraná Esporte³. Ao longo dos anos de 2003 até 2008 não há registro de execução do PST na cidade de Ponta Grossa. Após o ano de 2013 não há dados sobre a execução na cidade de Ponta Grossa.

Quadro 1 - Escolas e número de matriculados no PST e PSTME em Ponta Grossa

Escola	Tipo	Programa	2009	2010	2011	2012	2013
A	Estadual	PST	100	100	100	100	100
B	Estadual	PST	100	100	100	100	100
C	Estadual	PST	127	127	127	127	127
D	Estadual	PSTME			150	150	75
E	Estadual	PSTME				100	
F	Estadual	PSTME				100	
G	Estadual	PSTME				100	
H	Estadual	PSTME				100	60
I	Estadual	PSTME					60
J	Estadual	PSTME					100
K	Estadual	PSTME					100
L	Estadual	PSTME					101
M	Estadual	PSTME					60
N	Estadual	PSTME					60
O	Estadual	PSTME					100
P	Municipal	PSTME					402
Q	Municipal	PSTME					311
R	Municipal	PSTME					119
S	Municipal	PSTME					115
T	Municipal	PSTME					50
Total			327	327	477	877	2040

Fontes: PORTAL DA SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE Disponível em: <<http://www.snelis-me.com.br/portal/>>. Acesso em: 30 ago. 2017. PORTAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Observação: os nomes das escolas identificadas foram substituídos por caracteres alfabéticos.

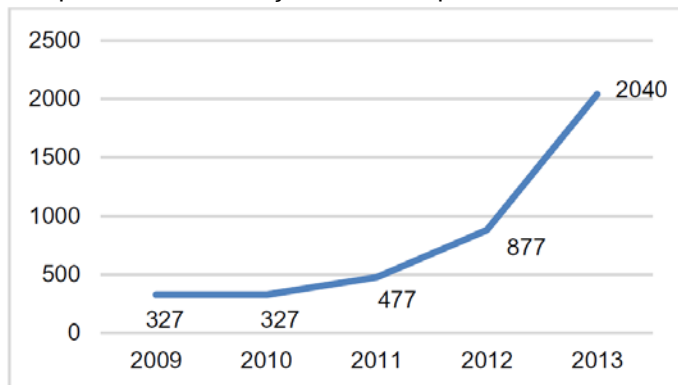
Pode-se observar o número crescente de alunos matriculados durante os anos. Tal aumento coincide com a vinculação do PST com o Programa Mais Educação. Durante os anos de execução 20 escolas foram contempladas com o projeto, sendo três escolas no formato PST e outras 17 escolas atendidas no modelo PSTME.

³ PARANÁ ESPORTE, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Educação.



A escola D foi a primeira a receber o programa no modelo PSTME, e atendeu a 150 alunos nos anos de 2011 e 2012. No ano de 2013 a escola atendeu 75 alunos, ou seja, reduzindo pela metade a sua capacidade de atendimento. A mesma situação se repete na escola H, que no ano de 2012 atendeu a 100 alunos, e passou para 60 no ano de 2013. Ao observar esses dois casos específicos encontra-se o processo inverso, a exclusão de oportunidades de práticas esportivas. Todavia, o número de oportunidade de práticas esportivas ofertados em contraturno escolar cresceu ao longo dos anos, como exemplifica o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Aumento de alunos atendidos pelo Programa Segundo Tempo e Programa Segundo Tempo no Mais Educação no município de Ponta Grossa



Fontes: PORTAL DA SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE Disponível em: <<http://www.snelisme.com.br/porta/>>. Acesso em: 30 ago. 2017. PORTAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Os primeiros registros do PSTME em Ponta Grossa são do ano de 2011 em escola estadual. As escolas municipais passam a receber o PSTME a partir de 2013. Em 2013 as escolas da rede municipal de educação tinham matriculadas 997 crianças e adolescentes no PSTME, o que corresponde a 48,9% dos cadastrados cidade. As 11 escolas estaduais correspondem a 51,1% dos alunos cadastrados no PST e/ou PSTME.

Uma característica das escolas municipais é o uso do PSTME como um elemento para o processo de implementação da escola em tempo integral. Assim, todas as crianças matriculadas no PSTME nas escolas municipais estudadas estavam cadastradas também no programa de educação em tempo integral do município de Ponta Grossa. Como isso, a possibilidade de participação nas escolas municipais é aumentada em relação às escolas estaduais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados identifica-se o aumento de escolas e números de alunos matriculados a partir da inserção do PSTME. Gil (2008) coloca que a pesquisa exploratória possibilita a visualização de novas problematizações a partir do estudo realizado, dessa forma identifica-se a necessidade de estudos futuros a fim de aprofundar a discussão sobre o caso das escolas D e H, que tiveram uma



redução do número de alunos, dissonante das demais, em que constata-se um aumento desse valor no período de tempo analisado.

A delimitação temporal do estudo ocorreu devido à disponibilização dos dados somente até o ano de 2013. Assim, emerge a necessidade de continuar o estudo conforme novos dados forem disponibilizados, com o intuito de verificar se as tendências identificadas até 2013 tem continuidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. et al. Formação e atuação pedagógica no Programa Segundo Tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor. **Motrivivência**, Florianópolis, v.24, n. 38, p. 40-58, jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n38p40>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BISCONSINI, C. R. et al. Processo de formação continuada: a realidade de um programa social esportivo. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 119-134, nov. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2015v27n46p119>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. Rede de saberes mais educação (2009). **Pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral**: caderno para professores e diretores de escolas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

COLOMBO, B. D. et al. O programa segundo tempo: uma política pública para emancipação humana. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 38, p. 12-23, set. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n38p12>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão Pública em Rede: o caso do programa segundo tempo – Ministério dos Esportes. **Rev. Educ. Fis/UEM**, Maringá, v. 23, n. 4, p. 543-552, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/13379>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Índice IPARDES de desempenho municipal**. Disponível em:



<http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19>.
Acesso em: 27. Ago. 2017.

MATIAS, W. B. A Política Esportiva do Governo Lula: o Programa Segundo Tempo. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.1, mar. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev16n01_a9.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MATIAS, W. B. *et al.* A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46419>. Acesso em: 27 Ago. 2017.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164. 2006.

MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de Pesquisa Mista. In: MEZZADRI, F. M. (org.). **Políticas Públicas e Esporte**. São Paulo: Fontoura, 2014

OLIVEIRA, A. A. B. *et al.* Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 901-916, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/57304>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

REIS, L. N.; OLIVEIRA, A. A. B. A ginástica no programa segundo tempo: desafios e possibilidades da prática em programas sociais. **Conexões**, Campinas, SP, p. 39-57, maio 2015. ISSN 1983-9030. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637575>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

REVERDITO, R. S. *et al.* O Programa Segundo Tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrossistema. **J. Phys. Educ.** v, 27, p. 2754, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/31303/18006>>. Acesso em: 30 ago. 2017.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

SANTOS, E. S. Ambiente institucional e difusão do Programa Segundo Tempo: uma análise da difusão regional de 2005 a 2009. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 35-53, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/15535>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SANTOS, E. S. As coalizões e os partidos políticos na difusão do Programa Segundo tempo. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.3, set. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/437>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SANTOS, E. S. Governo do Estado e descentralização do Programa Segundo Tempo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/39038>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SANTOS, E. S.; ANDRADE, J. C. S.; SANTOS, R. S. Programa Segundo Tempo e o papel das prefeituras na sua difusão. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/29020>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SANTOS, E. S.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA NETO, M. S. Programa “Segundo Tempo” e o vazio assistencial na Região Nordeste. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 3., p. 759-771, jul./set. de 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/50648>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SILVA, O. G. T.; ROMERA, L.; BORGES, C. N. A sociologia pública no âmbito da produção e intervenção em esporte e lazer no Brasil. **Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 97-108, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/48257>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SOUZA, A. P. P.; SOUZA, D. L.; CASTRO, S. B. E. Barreiras e facilitadores para a implementação do Programa Segundo Tempo: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, p. 956-1270, out./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/20113>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos políticos/burocráticos e científico/acadêmico**. 2011, 422f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. A. et al. As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 24, n. 39, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n39p129>>. Acesso em: 30 ago. 2017.